

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSPSCEE N°s. 0956/75,
1046/75, 1488/75, 1533/75,
2180/75,

INTERESSADOS : PAULO CONCEIÇÃO VIEIRA (e outros)

ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados na Escola SENAI
"Roberto Simonsen" - Capital

RELATORA : Consª. Maria de Lourdes Mariotto Haidar

PARECER CEE N° 1 5 4 9 / 7 5,CPG, Aprovado em 21/05/75

Com. ao Pleno
em 04 / 06 / 75
(Procs. n°s. 0936/75
e outros)I - RELATÓRIO1 - HISTÓRICO:-

1.1 Paulo Conceição Vieira, Israel Teixeira Borges, Nelson Marciano Anuaral Ferreira, Luis Carlos Domingos Ferreira, Miguel Dimas Antônio, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", Capital, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 2º grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1 curso primário, com a duração mínima de quatro séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionaram nos respectivos requerimentos;

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus", na Escola SENAI "Roberto Simonsen", na Capital, onde estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Físicas e Biológicas), Desenho, Estudos Sociais, (História do Brasil e Geografia do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3 receberam Certificado de Aprendizagem correspondente às especialidades que estudaram.

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - nº 19/65.

PROCESSO CEE- N° 956/75 e outros PARECER CEE-N° 1 5 4 9 / 7 5

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSOS CEE Nºs. 0956/75 PARECER CEE Nº 1 5 4 9 /_____/75
(e outros)

2.5 - O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 - Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de 4 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 4 "termos", ou ainda de 4 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por séries).

2.7 - O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram e equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71.

2.8 - Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Paulo Conceição Vieira (Proc. CEE nº 0936/75), Israel Teixeira Borges (Proc. CEE nº 1046/75), Néelson Marciano Amaral Ferreira (Proc. CEE nº 1488/75), Luís Carlos Domingos Ferreira (Proc. CEE nº 1533/75), Miguel Dimas Antônio (Proc. CEE nº 2180/75), no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Simonsen", Capital, como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhes a matrícula na 1ª série do ensino do 2º grau.

Israel Teixeira Borges, Nelson Marciano Amaral, Luís Carlos Domingos Ferreira e Miguel Dimas Antônio, sem prejuízo da continuidade de seus estudos, deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral.

Paulo Conceição Vieira, sem prejuízo da continuidade de seus estudos, deverá submeter-se a exames especiais de Geografia do Brasil, História do Brasil, Educação Moral e cívica, Geografia Geral e História Geral.

São Paulo, 21 de maio de 1975

a) Consª. Maria de Lourdes Mariotto Haidar

Relatora

PROCESSOS CEE Nºs. 0956/75 PARECER CEE Nº 1 5 4 9 /_____/75
(e outros)

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto da Nobre Conselheira.

Presentes os Nobres Conselheiros: Elisiário Rodrigues de Sousa, Eloysio Rodrigues da Silva Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva

Presidente em exercício